

Em 2004, é agraciado pelo presidente da República Jorge Sampaio com o grau de Comendador da Ordem de Mérito.

Pedro Marques Gomes

*Fontes*

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Senhores Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*.

Sítios na internet: Governo de Portugal, Arquivo Histórico; Presidência da Republica.

## **GONÇALVES, Luís Patrício Rosado** (n. 1946)



Uma vez eleito deputado à Assembleia Constituinte, passou a integrar o grupo parlamentar do Partido Socialista (PS), tendo concorrido pelo círculo eleitoral de Santarém. Filho de Patrício Ribeiro Alves e de Maria Rita do Castelo Rosado Gonçalves, nasceu em Coruche, no Ribatejo. Com o 1.º ano completo do curso de Engenharia Eletrotécnica, lecionava no ensino técnico secundário quando foi eleito deputado. Não estão registadas intervenções suas em Plenário. Esteve presente na votação final da Constituição.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Timóteo Cavaco

*Fontes e bibliografia*

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual [Cx. 3, n.º 227]; Jorge Miranda, *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*, Cascais, Principia, 2015.

## **GRILO, António José Gomes Teles** (n. 1943)



Eleito pelo Partido Socialista no círculo de Vila Real. Filho de Ramiro António Tenreiro Teles Grilo e de Idalina da Costa Gomes, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo conhecido diferentes percursos profissionais como advogado e professor, em Chaves, e como bancário em Coimbra, gerindo a filial local do Banco Borges & Irmão. A sua primeira intervenção na Assembleia Constituinte aconteceu na sessão n.º 56, a 2 de outubro, chamando a atenção, num

discurso bastante crítico, para a situação da população transmontana e do distrito de Vila Real, considerando-a esquecida pelo resto do país, em especial pela capital, e prejudicada face às restantes regiões, pedindo que o governo agisse para diminuir as dificuldades com que os transmontanos viviam. Pediu ainda uma mudança na Igreja portuguesa, afirmando que esta teria de «ser cada vez mais a Igreja do bispo do Porto e cada vez menos a Igreja do arcebispo de Braga!», recebendo o apoio da Assembleia. A sua segunda intervenção, a que causou maior celeuma, ocorreu na sessão n.º 116, de 10 de março. Teles Grilo dissertou sobre o socialismo e a liberdade e da estreita relação que via entre as duas, alertando para a importância em prevenir e reprimir quaisquer ameaças a esses valores, referindo-se ao CDS num tom, entre o crítico e o irónico, como opositor de «um projeto socialista para a sociedade portuguesa». Logo em seguida, prosseguiu a sua intervenção questionando o PPD sobre a validade do seu programa e da sua pretensão na criação de uma sociedade socialista, em virtude do desaparecimento da palavra “socialismo” do seu vocabulário – recorrendo a citações de intervenções de vários dos seus deputados (Alfredo de Sousa, Moura Guedes, Furtado Fernandes, Mário Pinto e Jorge Miranda) na própria Assembleia. Manifestou-se contrário à social-democracia que o PPD advogava e terminou afirmando não estar disponível para responder a quaisquer perguntas ou esclarecimentos, provocando uma imediata reação da Assembleia entre aplausos e manifestações diversas. A intervenção de Teles Grilo provocou depois um aceso debate, do qual este se escusou a participar: inicialmente é debatido, pelos deputados Barbosa de Melo (PPD) e Coelho dos Santos (Indep.) o direito a pedir esclarecimentos ao deputado e, por consequência, o próprio Regimento. Tendo-se decidido a Mesa a aceitar perguntas sobre a intervenção de Teles Grilo, apresentaram questões (que foram verdadeiras intervenções) os deputados do PPD, Alfredo Sousa, Barbosa de Melo, Pedro Roseta, Helena Roseta e Olívia França e ainda o deputado do CDS Basílio Horta, não recebendo qualquer resposta. Na sessão n.º 118, de 12 de março, Teles Grilo interveio para protestar sobre apartes aquando da sua intervenção na sessão n.º 116, nomeadamente quanto à declaração do deputado do PPD Pedro Roseta, criticando depois a postura da bancada social-democrata, gerando também esta intervenção alguma agitação. Teles Grilo subscreveu ainda, com outros deputados, alguns requerimentos: o primeiro, na sessão n.º 99, a 6 de janeiro, dirigido ao Ministério da Justiça, solicitava informações sobre os inquéritos levantados aos magistrados suspensos que haviam desempenhado funções no Tribunal Plenário do Porto (que volta a ser apresentado na sessão n.º 131, de 2 de abril). O segundo, na sessão n.º 130, de 1 de abril, é dirigido ao primeiro-ministro e solicita informações no sentido de perceber se teria sido feito tudo o que era possível para evitar o desmantelamento do navio-escola *Sagres*. Teles Grilo esteve presente na sessão de votação da Constituição da República Portuguesa (sessão n.º 131, 2 de abril de 1976).

Jorge Mano Torres

#### Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 57 (3 de outubro de 1975, p. 1705-1706); n.º 100 (7 de janeiro de 1976, p. 3235-3236); n.º 117 (11 de março de 1976, p. 3858-3841); n.º 119 (13 de março de 1976, p. 3929); n.º 131 (2 de abril de 1976, p. 4377) e n.º 132 (3 de abril de 1976, p. 4383).